

RECURSO ESPECIAL Nº 1.696.151 - ES (2017/0223349-0)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**
PROCURADOR : **CEZAR PONTES CLARK E OUTRO(S)** - ES012306
RECORRIDO : **IZABEL TEIXEIRA MENELLI**
ADVOGADOS : **LUIZ TÉLVIO VALIM** - ES006315
 JAMILI ABIB LIMA SAADE - ES016706
 BETHÂNIA ALVES DE ASSIS - ES016175

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

Narram os autos que, em virtude do trânsito em julgado da sentença que julgou improcedente a ação ordinária ajuizada por IZABEL TEIXEIRA MENELLI, o ora recorrente interpôs recurso de apelação objetivando, em síntese, que fosse determinada "*a transferência das verbas sucumbenciais para a conta da ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APES), nos termos do artigo 12 da Lei Estadual nº 4.708/1992, do artigo 1º do Decreto Estadual nº 3.668-N/1994, do artigo 2º da Resolução do Conselho da PGE/ES nº 256/2012, e dos artigos 23 e 24 da Lei Federal nº 8.906/1994*" (fl. 290).

O Juízo de 1º Grau deixou de conhecer da apelação sob o fundamento de ausência de interesse recursal do ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, haja vista que "*na sentença recorrida restou assentado que os honorários advocatícios de sucumbência, quando vencedor, pertencem ao ente público, não havendo, portanto, o prejuízo*" (fl. 294).

Inconformado, o Ente Estatal interpôs o subjacente agravo de instrumento, suscitando, em apertada síntese, possuir manifesto interesse e legitimidade para recorrer quanto às questões afetas à referida verba honorária, nos seguintes termos (fls. 7/9):

A destinação indevida da verba honorária ao Ente Estatal, e que, em verdade, pertence aos Associados da ASSOCIAÇÃO

DOS PROCURADORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APES), demonstra a pertinência material que consagra o interesse do Estado do Espírito Santo no feito, de forma a ter preservado a autoridade da legislação estadual própria que rege o tema (artigo 12 da Lei Estadual nº 4.708/1992; artigo 1º do Decreto Estadual nº 3.668/1994; artigo 1º da Resolução do Conselho da PGE/ES nº 256/2012; artigos 23 e 24 da Lei Federal nº 8.906/1994; e artigo 11, 6ª 1º e 2º da Lei nº 4.320/1964.

Uma vez decretada a indisponibilidade de verba de honorários advocatícios em favor do Estado (e que não lhe é destinada), resta patente o status do Ente Estatal de parte/interessado, legitimando-o, portanto, à utilização dos meios judiciais em defesa do seu direito (de não percepção da verba honorária) na citada ação.

Caracterizada, no caso em tela, que a participação do Estado do Espírito Santo, na qualidade de parte/interessado, decorre da própria lei, bem como dos interesses jurídicos e econômicos da matéria tratados no presente feito e que tal interesse guarda um vínculo de interdependência com o tema em debate, revela-se plausível a sua participação no processo em questão.

Para o cumprimento de tal mister, qual seja, a defesa dos interesses do Estado do Espírito Santo, a representatividade da Procuradoria-Geral do Estado para atuar no feito encontra respaldo constitucional na forma do que determina o artigo 132 da Carta da República de 1988.

Essa atividade postulatória se traduz ainda com maior vigor diante dos efeitos patrimoniais incidentes sobre o Erário e sobre a ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APES) e os seus Associados, e que, porventura, poderão advir dos atos decisórios emanados do Juízo quando do julgamento do processo em questão.

Ademais, o Estado do Espírito Santo, na qualidade de parte legitimada concorrente, conforme enunciado da Súmula nº 306 do Superior Tribunal de Justiça, também detém interesse recursal para impugnar temas afetos aos honorários advocatícios (já que, no caso, tal verba não lhe é destinada, em nítida contrariedade à legislação estadual de regência). É o entendimento do STJ:

[...]

A aplicação do artigo 23 da Lei Federal nº 8.906/94, não exclui a possibilidade do parte apresentar recurso para impugnar a fixação/cabimento/destinação dos honorários advocatícios, vez que o mencionado dispositivo legal reconhece ao advogado o direito autônomo para executar a verba honorária, sem

prejuízo do mesmo direito à parte.

Por fim, cabe destacar, que o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo já se manifestou em diversas vezes pela legitimidade do Estado do Espírito Santo na matéria relacionada à questão de honorários advocatícios devidos à ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APES), ao fundamento de que:

[...]

Referida apelação teve seu seguimento negado pelo Relator, sob o fundamento de que (fl. 305):

Em que pese os argumentos do Agravante, o posicionamento jurisprudencial dominante e mais recente deste Egrégio Tribunal de Justiça é no sentido de que o Estado não possui interesse em recorrer quando as razões recursais se limitam a impugnar a destinação dos honorária advocatícios sucumbenciais, notadamente porque tal verba honorária, quando vencedora a Fazenda Pública, pertence ao próprio ente estatal, ou seja, não constitui direito autônomo do respectivo procurado judicial.

Tal decisão foi confirmada pela Primeira Câmara Cível do Tribunal de origem, nos termos do acórdão assim ementado (fls. 324/325):

ACÓRDÃO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO INOMINADO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS - FAZENDA PÚBLICA VENCEDORA - INTERESSE RECURSAL - ENTE ESTATAL X ASSOCIAÇÃO DE PROCURADORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APES).

O Estado não possui interesse em recorrer quando as razões recursais se limitam a impugnar a destinação dos honorários advocatícios sucumbenciais, notadamente porque tal verba honorária, quando vencedora a Fazenda Pública, pertence ao ,

pr to ente estatal, ou seja, não constitui direito autônomo do respectivo procurador judicial.

2. Nega-se provimento a agravo interposto com fundamento no art. 557,§ 1º, do Código de Processo Civil, quando a decisão monocrática hostilizada tiver sido prolatada nos termos do mesmo art. 557, caput, do Estatuto Processual Civil.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 367/372).

Sustenta a parte recorrente, em preliminar, violação ao art. 1.022 do CPC/2015, ao argumento de que o Tribunal de origem rejeitou seus embargos de declaração sem, contudo, apreciar a tese de ofensa ao art. 97 da Constituição da República c/c a Súmula Vinculante 10/STF, arguida nos seguintes termos (fl. 382):

Ainda que consciente de que o órgão Julgador não está obrigado a fazer alusão a todos os dispositivos legais trazidos ao debate, bastando que enfrente as questões de fato e de direito suscitadas, no caso em análise, o Recorrente não teve atendido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo o pleito de apreciação de fatos e de dispositivos legais vitais para a devida prestação jurisdicional e correto interpretação do caso em concreto, mormente quando o Estado do Espírito Santo expressamente COMPROVOU e REQUEREU a manifestação do órgão Julgador quanto:

1) à ofensa ao artigo 97 da Constituição do República de 1988 (e à Súmula Vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal). Conforme se pode observar, o Estado do Espírito Santo aduziu também em sede de Recurso de Embargos de Declaração (f.) a seguinte tese jurídica:

1) Ofensa ao artigo 97 da Constituição da República de 1988 (e à Súmula Vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal): ao fundamento de que norma cogente de legislação estadual (artigo 12 da lei Estadual nº 4.708/1992) foi afastada, de modo a negar provimento aos Recursos interpostos pelo Estado do Espírito Santo (Apelação e Embargos de Declaração), o que foi feito através de julgamento por uma das Turmas do Tribunal de origem, violando, destarte, a RESERVA DE PLENÁRIO o que alude o artigo 97 da Constituição da República de 1988.

Ao contrário do que sustentado pelo Órgão Julgador (f. 283-292; f. 313-315), o interesse recurso (do Estado do Espírito Santo ultrapassava o mera exigência processual do prequestionamento ou do revolvimento de matéria fática para fins de interposição do Recurso Especial, mas, alertava para a necessidade de se sanar a omissão quanto à alegação da tese

jurídico acima exposta.

No mérito, além de dissídio jurisprudencial, aponta contrariedade aos arts. 23 e 24 da Lei 8.906/1994 c/c o art. 85, § 19, do CPC/2015, asseverando possuir "*manifesto interesse/legitimidade [...] para cobrar, em favor dos Procuradores do Estado do Espírito Santo, a verba honorária no feito em que é Parte*" (fl. 385), nos termos da Súmula 306/STJ.

Por fim, requer o provimento do recurso especial a fim de ser anulado o acórdão dos embargos de declaração ou, alternativamente, reformado o acórdão recorrido.

Sem contrarrazões (fl. 429).

Recurso admitido na origem (fls. 430/433).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

Nos termos da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, tendo a instância de origem se pronunciado de forma clara e precisa sobre as questões postas nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, como no caso concreto, não há falar em omissão no acórdão estadual, não se devendo confundir fundamentação sucinta com ausência de fundamentação (**REsp 763.983/RJ**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJ 28/11/2005).

Nesse sentido, cito o seguinte julgado:

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. APONTADA VIOLAÇÃO AO ART. 932 DO CPC/2015. ICMS. OPERAÇÕES SIMULADAS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

2. Na origem, prevaleceu o entendimento de que houve simulação da existência do estabelecimento empresarial e que as operações de compra e venda nunca existiram, tendo o

Tribunal consignado que: "De fato, a Fazenda do Estado apurou que a St Paul nunca funcionou no endereço declarado ao fisco, como disse o locador dos imóveis aos agentes tributários. O contador não tinha consigo nenhum documento que pudesse comprovar qualquer movimentação contábil no período em que se deu a suposta saída da mercadoria para beneficiamento. Foram procurados os sócios da empresa, que alegaram desconhecer como se davam as relações comerciais, pois isto ficara a cargo do procurador daquela pessoa jurídica. Localizado, disse ele que não sabia que o contador omitira-se na escrituração contábil". Revolver esse contexto é providência vedada por força da Súmula 7/STJ.

3. Agravo conhecido para conhecer parcialmente o recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

(AREsp 1.305.951/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 30/04/2019)

No caso concreto, a questão *sub judice* foi assim decidida pelo Tribunal de origem, *in verbis* (fls. 327/328)

A decisão hostilizada está assim redigida:

[...]

Em que pese os argumentos do Agravante, o posicionamento jurisprudencial dominante e mais recente deste Egrégio Tribunal de Justiça é no sentido de que o Estado não possui interesse em recorrer quando as razões recursais se limitam a impugnar a destinação dos honorária advocatícios sucumbenciais, notadamente porque tal verba honorária, quando vencedora a Fazenda Pública, pertence ao próprio ente estatal, ou seja, não constitui direito autônomo do respectivo procurado judicial.

Verifica-se, assim, que a Corte Estadual dirimiu, fundamentadamente, a questão que lhe foi submetida, e manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia.

Com efeito, a presente controvérsia diz respeito exclusivamente à (in)existência de interesse e legitimidade recursal do ESTADO DO ESPÍRITO SANTO para insurgir-se contra a sentença que lhe reconheceu o direito à verba honorária de sucumbência.

Impende acrescentar que, nos termos da jurisprudência desta Corte, "a

titularidade dos honorários advocatícios de sucumbência, quando vencedora a Administração Pública Direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou as autarquias, as fundações instituídas pelo Poder Público, as empresas públicas ou as sociedades de economia mista, não constitui direito autônomo do procurador judicial, porque integra o patrimônio público da entidade. Precedente: AgRg no REsp 1.169.515/RS, Rel. Min. Olindo Menezes (Desembargador convocado do TRF 1ª Região), Primeira Turma, DJe 2/3/2016)" (AgInt no REsp 1.347.421/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 19/02/2018). Nesse mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA, QUANDO VENCEDOR O ENTE PÚBLICO, NÃO CONSTITUEM DIREITO AUTÔNOMO DO PROCURADOR JUDICIAL, PORQUE INTEGRAM O PATRIMÔNIO PÚBLICO DA ENTIDADE. AGRAVO INTERNO DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

2. O entendimento adotado no acórdão impugnado encontra amparo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que os honorários advocatícios de sucumbência, quando vencedora a Fazenda Pública, integram o patrimônio da entidade estatal, não constituindo direito autônomo do Procurador judicial, o que viabiliza sua compensação. Precedentes: REsp. 1.668.647/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 20.6.2017; AgInt no AREsp. 859.401/DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 30.8.2016; AgInt no REsp. 1.198.678/RS, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 21.11.2016.

3. Agravo Interno da FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 909.941/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 31/08/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. TITULARIDADE.

1. As Turmas que integram a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmaram o entendimento de que a titularidade dos honorários de sucumbência, quando

vencedora a Administração Pública, suas autarquias, fundações e empresas públicas ou sociedades de economia mista, não constituem direito autônomo do procurador judicial, porquanto integram o patrimônio público da entidade estatal.

Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1198678/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 21/11/2016)

Nesse contexto, a discussão acerca da existência de lei local determinando que as verbas honorárias oriundas das demandas judiciais em que o ESTADO DO ESPÍRITO SANTO figure como parte devem ser repassadas aos seus respectivos Procuradores Estaduais é matéria estranha aos limites da lide, razão pela qual o silêncio do Tribunal de origem a seu respeito não implica negativa de prestação jurisdicional.

Por via de consequência, o silêncio acerca do art. 97 da Constituição Federal e da Súmula Vinculante 10/STF também não importa em negativa de prestação jurisdicional, na medida em que, como antecipado, refoge aos limites da presente controvérsia a questão da destinação a ser dada pelo ora recorrente à verba honorária a que faz jus.

Destarte, não procede a tese de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

Por sua vez, é firme nesta Corte a compreensão no sentido de que as regras concernentes aos honorários advocatícios de sucumbência, trazidas pelo CPC/2015, não se aplicam aos casos em que a sentença foi publicada ainda na vigência do CPC/1973.

A propósito, cito os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ABONO DE PERMANÊNCIA. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO. RENÚNCIA TÁCITA DO PRAZO PRESCRICIONAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO NOVO CPC/15.

1. A desconstituição das premissas lançadas pela instância ordinária, segundo as quais houve renúncia tácita da Administração, demandaria o reexame de matéria fática, procedimento que, em sede especial, encontra óbice na Súmula

7/STJ.

2. De acordo com o Enunciado Administrativo 7, editado pelo Superior Tribunal de Justiça, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

3. Na hipótese dos autos, o acórdão recorrido foi publicado em data posterior à vigência do novo CPC/15, razão pela qual aplica-se o disposto no art. 85, § 11, do novo CPC/15.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.707.096/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 04/05/2018)

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 7 DO STJ. TRABALHO ADICIONAL OU CONTRARRAZÕES. DESNECESSIDADE.

1. "Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC". (Enunciado 7 do STJ)

2. Esta Corte Superior possui o entendimento de que "não é exigível a comprovação de trabalho adicional do advogado do recorrido no grau recursal, tratando-se apenas de critério de quantificação da verba"(AgInt nos EDcl no REsp 1357561/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 19/04/2017).

3. De acordo com o STF, "a interposição de recurso sob a égide da nova lei processual possibilita a majoração dos honorários advocatícios [...], mesmo quando não apresentadas contrarrazões, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015" (AO 2063/CE AgR, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 18/05/2017, DJe 13/09/2017).

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.622.209/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 19/12/2017)

Assim, considerando-se que a sentença recorrida foi prolatada ainda na vigência do CPC/1973 (fls. 293/296), é inaplicável na espécie o art. 83, § 19, do CPC/2015.

Por fim, assim dispõem os arts. 23 e 24 da Lei 8/906/1994:

Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.

Art. 24. A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial.

Como se vê, referidos dispositivos legais não possuem comando normativo para sustentar a tese recursal ou, ainda, infirmar o acórdão recorrido, haja vista que disciplinam matéria relativa à titularidade dos honorários advocatícios de sucumbência – estranha, portanto, à questão em debate, acerca da existência, ou não, de interesse e legitimidade recursal da parte ora recorrente.

Logo, incidem na espécie as Súmulas 283 e 284/STF, por analogia.

Ademais, como antecipado, é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que a verba honorária integra o patrimônio público do Ente Estatal, razão pela qual, como afirmado no acórdão recorrido, a sentença que reconhece tal direito não pode, a toda evidência, causar prejuízo ao ora recorrente.

Vale ressaltar, outrossim, que, mesmo que se estivesse a tratar de um direito dos Procuradores Estaduais à referida verba honorária, como defende o ora recorrente, tal fato apenas corroboraria a conclusão firmada nas Instâncias ordinárias, quanto à ausência de interesse e legitimidade recursal. Isso porque restaria evidenciado que o ESTADO DO ESPÍRITO SANTO está a defender em juízo direito de terceiros, o que, à toda evidência, não é possível. Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. INSTRUMENTALIDADE RECURSAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

ILEGITIMIDADE DA EMPRESA PARA RECORRER EM DEFESA DE INTERESSES DE SEUS SÓCIOS. ART. 6º DO CPC. SÚMULA 83/STJ. NOME DOS SÓCIOS NA CDA. ATUAÇÃO ILEGAL. ÔNUS DA PROVA. EXECUTADO.

1. Quando os embargos declaratórios são utilizados na pretensão de revolver todo o julgado, com nítido caráter modificativo, podem ser conhecidos como agravo regimental, em vista da instrumentalidade e a celeridade processual.

2. É dever da parte apontar especificamente em que consiste a omissão, a contradição ou a obscuridade do julgado, não cabendo ao STJ, em sede de recurso especial, investigar tais máculas no acórdão recorrido, se as razões recursais não se incumbem de tal ônus.

Incidência da Súmula 284/STF.

3. Não se conhece de recurso especial quanto a matéria não enfrentada pelo Tribunal de origem, dada a ausência de prequestionamento. Incidência da Súmula 211/STJ.

4. O reconhecimento de eventual omissão que pudesse justificar o retorno dos autos à origem somente seria possível se houvesse fundamentação suficiente quanto à ofensa ao art. 535 do CPC, o que não aconteceu na espécie.

5. A empresa não detém legitimidade e nem interesse recursal para, em nome próprio, defender em juízo direito alheio (dos sócios), a teor do que estabelece o art. 6º do CPC. Incidência da Súmula 83/STJ.

6. Constando o nome do sócio na CDA - as alegações de que os sócios não agiram com excesso de poder ou infração de contrato social ou estatuto é matéria de defesa a ser arguida por aqueles, em peça própria (embargos do devedor), cabendo a eles fazer prova de que não praticaram os atos listados no art. 135 do CTN.

Embargos declaratórios conhecidos como agravo regimental, mas improvidos.

(EDcl no AREsp 14.308/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 27/10/2011)

ANTE O EXPOSTO, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, **nego-lhe provimento**.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator